



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0020305-88.2002.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Execução Fiscal - Taxa de Licenciamento de Estabelecimento**
 Requerente: **Fazenda Publica Municipal de Sao Carlos**
 Requerido: **Crys Van Representacoes de Auto Pecas Sc Ltda e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de embargos infringentes interpostos pela **FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**, contra a sentença que acolheu a exceção de pré-executividade e reconheceu a prescrição do crédito. Aduz a não ocorrência de nulidade da citação por edital e, por consequência, de prescrição, pois tentou administrativamente obter o endereço da executada, que não atualizou o seu cadastro e, além disso, não se teria observado o art. 2º, parágrafo 3º, da Lei 6.830/80, cuja norma determina a suspensão do prazo prescricional por 180 (cento e oitenta) dias. Em razão do alegado, pediu a reforma da sentença, bem como a diminuição do valor dos honorários.

Intimada a embargada, reafirmou a ocorrência de nulidade da citação e de prescrição (fls. 44).

É o relatório.

FUNDAMENTO E DECIDO.

O pedido não comporta acolhimento.

Não há como se afastar a nulidade citação, pois a embargante não lançou mão de todos os meios para localizar os executados. É certo que a empresa deve manter atualizado o seu cadastro, sob pena de multa, mas isso não valida a irregular citação editalícia.

Quanto à alegação de que a inscrição em dívida ativa é capaz de suspender prescrição do débito tributário, nos termos do art. 2º, §3º, da Lei 6.830/80, tem-se que a presente Execução Fiscal se refere a tributo, matéria inteiramente regulada pelo Código Tributário Nacional, sendo inadmissível o regramento do prazo prescricional ou decadencial por lei ordinária, nos termos do art. 146, III, b, da Constituição Federal.

Adotando esse entendimento o Supremo Tribunal Federal editou, inclusive, a Súmula Vinculante nº 8 que possui o seguinte verbete: “*são inconstitucionais o parágrafo único do artigo 5º do Decreto-Lei nº 1.569/1977 e os artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212/1991, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário*”.

De fato, a inscrição do crédito tributário em dívida ativa não tem qualquer implicação no curso do prazo prescricional.

Segundo escólio de Leandro Paulsen “A inscrição em dívida ativa constitui-se em mero ato interno da Administração. Não há previsão legal de notificação do contribuinte quanto à inscrição, tampouco qualquer implicação no curso do prazo prescricional. A cobrança amigável feita nesta fase, por Aviso de Cobrança, também não tem efeitos sobre a prescrição”.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

Nesse sentido, já se manifestou o Superior Tribunal de Justiça:

“PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO- PRESCRIÇÃO - COBRANÇA DE IPTU. 1. A obrigação tributária nasce com o fato gerador, mas o crédito respectivo só se aperfeiçoa com o lançamento, fazendo nascer, a partir daí, um crédito que pode ser cobrado no curso dos próximos cinco anos. 2. **A inscrição do crédito na dívida ativa é mera providência burocrática, sem força para marcar algum termo prescricional.** 3 Somente a citação é capaz de interromper o prazo prescricional, não podendo ser considerado para tanto o disposto no CPC. 4 Recurso especial provido. (grifei)

O mesmo entendimento é corroborado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. SUSPENSÃO. ART. 2º, § 3º, DA LEI 6.830/80. PRAZO DE 180 DIAS. NÃO-APLICAÇÃO. SUPREMACIA DO ART. 174 DO CTN. 1. **O art. 2º, § 3º, da Lei 6.830/80, nos termos em que foi admitido em nosso ordenamento jurídico, não tem prevalência. A sua aplicação deve sofrer os limites impostos pelo art. 174 do CTN.** Precedentes. 2. Prescrição reconhecida. 3. Recurso especial a que se nega provimento.".(grifei)

Ante o exposto, DEIXO DE ACOLHER, aos embargos infringentes interpostos por FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS, mantendo-se a sentença.

P.R.Int.

São Carlos, 11 de dezembro de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA